



**UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO (LATU SENSU) EM GESTÃO ESCOLAR**

OS DESAFIOS DA EJA NO CAMPO

CIBELE BARBOSA PROCÓPIO CARDOSO

Belo Horizonte

2011

0



CIBELE BARBOSA PROCÓPIO CARDOSO

OS DESAFIOS DA EJA NO CAMPO

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Especialização
em Gestão Escolar da Faculdade de
Educação, sob orientação da Professora
Micheli Virginia de Andrade Feital.

Belo Horizonte



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado á Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Profª Micheli Virgínia de Andrade Feital (Orientadora) - UFMG

Profº.Dr. Hormindo Pereira de Souza Junior- UFMG

SUMÁRIO

1	EJA: CONTEXTO HISTÓRICO E O PERFIL DOS EDUCANDOS.....	4
2	A PREMÊNIA DE UMA ABORDAGEM CURRICULAR ESPECÍFICA....	5
3 -	ORGANIZAÇÃO DE PROPOSTA CURRICULAR E DESAFIOS DA FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EJA.....	11
4 -	ANEXO.....	
5 -	BIBLIOGRAFIA.....	

1- EJA: CONTEXTO HISTÓRICO E O PERFIL DOS EDUCANDOS

A modalidade EJA – Educação de Jovens e Adultos despontou no cenário nacional a partir da vigência da Constituição Federal de 1998, que garantia a todos os cidadãos brasileiros direitos a Educação Básica. Mas de maneira efetiva, essa modalidade de ensino só começou a vigorar a partir da LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, que inseriu a EJA como modalidade do Ensino Fundamental Regular.

Os jovens e adultos que buscam a EJA compõem um grupo de pessoas, na maioria, desfavorecidos socialmente e que por alguma razão não iniciaram ou não concluíram o ensino na modalidade regular.

Além disso, já enfrentaram sérios problemas no processo ensino-aprendizagem, dificuldades de convivência, repetência além de trabalharem muito, o que acaba contribuindo sobremaneira para o aumento do índice de evasão escolar. É vale salientar que além de apresentarem condições socioeconômicas e origens muito variadas, outro aspecto que deve ser destacado reside na diferença de idade e ritmos de aprendizado. Todas essas variantes compõem o perfil de um aluno bastante especial e que requer metodologias, currículo e tempo adequado à suas peculiaridades.

Para essas pessoas em questão, retomar os estudos significa na maioria das vezes um obstáculo a superar, já que vencer requer esforço, dedicação e superação em condições quase sempre adversas.

Por essas razões, é importante que os educadores da EJA compreendam a necessidade de utilizarem uma abordagem que aproxime o processo ensino-aprendizagem da realidade vivida pelos alunos, levando em conta seus conhecimentos prévios, sua diversidade sócio-cultural, seus valores e habilidades, fazendo com que o ensino seja mais acessível, relevante propiciando a produção de novos saberes que sejam realmente significativos.

2- A PREMÊNIA DE UMA ABORDAGEM CURRICULAR ESPECÍFICA

A expressão “Educação para a cidadania” surgiu em nosso meio educacional com o objetivo de estimular nossos alunos a conhecer deveres e direitos, para que de maneira consciente pudessem exercê-los e reivindicá-los, como cidadãos ativos na comunidade na qual estão inseridos.

A escola de modo geral, deve se flexibilizar para acolher alunos com variados interesses, aptidões, motivações, habilidades e saberes. De forma que cabe à escola adequar-se a realidade social dos seus alunos, direcionando sempre para o respeito à diversidade sócio-cultural e não o contrário como ocorre há muito tempo. A participação de toda a comunidade escolar nesse processo é essencial para que a escola se transforme em um ambiente favorável para a potencialização do saber.

O novo paradigma de participação implica, fundamentalmente, exercício de poder. Se o ator. Faz parte da ação., tem o direito de fazer parte da decisão, uma vez que a ação afeta sua vida. No mais, as pessoas não têm ânimo para se comprometer, se mobilizar por causas que não lhe pertencem, que não dizem respeito às suas vidas.

(Programa Nacional dos Conselhos Escolares;2004, p. 60)

Uma grande parcela dos alunos da EJA deixou de frequentar a escola para trabalhar em prol da sobrevivência. Esses mesmos alunos quando questionados sobre a razão pela qual buscaram novamente os bancos escolares, argumentam que voltaram a estudar para atender as exigências de um mercado de trabalho cada vez mais competitivo e que exige de todos uma continuidade na capacitação escolar.

(...) estão incluídas nesse contingente, pessoas que dominam tão precariamente a leitura e a escrita que ficam impedidas de utilizar eficazmente essas habilidades para continuar aprendendo, para acessar informações essenciais a uma inserção eficiente e autônoma em muitas das dimensões que caracterizam as sociedades contemporâneas. (...)

As exigências educativas da sociedade contemporânea são crescentes e estão relacionadas a diferentes dimensões da vida das pessoas: ao trabalho, à participação social e política, à vida familiar e comunitária, às oportunidades de lazer e desenvolvimento cultural. (MASAGÃO, 2001, p. 35).

Essa é a real situação dos alunos da EJA; retornam a escola buscando uma forma de se integrar à sociedade letrada da qual fazem parte, mas que não estão verdadeiramente inseridos, visto que não dominam as competências e habilidades básicas e fundamentais do letramento.

A Escola Municipal João Fernandes dos Santos funciona na cidade de São João da Ponte, Norte de Minas Gerais e atende alunos de Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano nas modalidades Regular e EJA. O processo de implementação da modalidade EJA nessa escola, se deu em 2003 e veio ao encontro das necessidades e peculiaridades de uma comunidade extremamente carente. Residentes em um município que não dispõe de muitas oportunidades de emprego, a maioria dos alunos da EJA, tiveram passagem curta e não sistemática na Escola com ampla experiência no trabalho assalariado na infância e juventude. Sem esquecer-se das donas de casa que em face de casamentos precoces e das obrigações familiares, só através da EJA puderam retomar os estudos.

Porém, percebe-se claramente que a implementação de tal modalidade na Escola Municipal João Fernandes dos Santos, se deu de maneira inadequada, sem qualquer preparo, capacitação ou suporte da Equipe Pedagógica e dos docentes para lidar com esses alunos. A escola que até então só trabalhava com a modalidade Regular se viu diante de um impasse: como trabalhar de maneira adequada com a Educação de Jovens e Adultos sem ter preparo para tal? Nesse sentido seria de fundamental importância que a escola, em especial o corpo docente tivessem recebido uma capacitação eficiente, para que pudessem atuar com mais propriedade junto a alunos tão especiais: os educandos da EJA.

A despeito disso, o que se viu foi professores despreparados lidando com alunos extremamente carentes de tudo, com a auto-estima abalada por toda sorte de problemas e adversidades. Com essa combinação o resultado não poderia ser diferente: fracasso camuflado por resultados que muitas vezes não eram coerentes com a realidade.

Gatti (1997) sinaliza com muita propriedade que, com relação ao professor da modalidade EJA, percebe-se pouquíssimo interesse por parte dos órgãos competentes no que concerne a sua formação profissional:

(...) as iniciativas têm sido, até aqui, mais que modestas, como se o professor se fabricasse por um passe de mágica ou como se um sistema educacional, que é base de uma nação, pudesse funcionar sempre através de quebra galhos, dá-se um jeitinho. O resultado está aí: analfabetismo funcional em todos os níveis, formação de várias gerações comprometidas por baixa inserção cultural. Fica-se correndo atrás do déficit, seja com programas compensatórios, supletivos ou de formação em serviço. (GATTI, 1997, p.4).

Mesmo sendo uma modalidade diferenciada e com características ímpares, são raros os cursos direcionados à formação e capacitação desses profissionais, do mesmo modo como são escassos os referenciais teóricos destinados a ser suporte às dificuldades pedagógicas dos educadores que trabalham com a EJA.

Além disso, por falta de material didático adequado para atender as especificidades da modalidade e as peculiaridades dos alunos, o planejamento utilizado na EJA, se reduz ao planejamento da modalidade Regular condensado em 06 (seis) meses.

E concomitante a isso, percebe-se que o tempo do aluno também não é respeitado. Para o aluno da EJA, o tempo de permanência na Escola constitui um fator importante para o seu desempenho e desenvolvimento durante todo o processo ensino-aprendizagem, por isso é de fundamental importância que o planejamento curricular da EJA seja adequado de acordo com a realidade de tempo desses educandos. Toda e qualquer referência ao tempo do aluno deve ser feita em todas suas especificidades. É notório e sabido que

sem contar o tempo de distanciamento da escola, associado à falta de tempo para se dedicar à mesma, contribui sobremaneira para o insucesso desses alunos no processo ensino-aprendizagem. E geralmente, toda essa gama de sentidos relacionados ao tempo, não é respeitada nem considerada.

É notório que muitos docentes enfrentam dificuldades em planejar e estabelecer conexões entre a realidade vivida pelos alunos e os processos pedagógicos. E essas dificuldades são potencializadas quando se trata de planejar para a EJA, sem formação especializada para tal modalidade e sem um conhecimento prévio do que é planejamento.

Para melhor compreensão desse conceito, o professor Celso Antunes (2001) descreve-o como:

Processo que, tomando como referência o conhecimento de uma realidade, define os propósitos de um empreendimento que visa modificar essa realidade, os meios para alcançá-los, e acompanhar e/ou executar as decisões e avaliar seus resultados. Planejamento Curricular é o processo de tomada de decisões que implica na previsão, execução e avaliação da ação que visa à efetivação, espacial e temporal do currículo. (ANTUNES, 2001, p.230).

Nessa concepção, faz-se necessário salientar que a Escola enquanto norteadora do Projeto Político Pedagógico deve considerar o que ensinar como ensinar e quais são os objetivos a serem alcançados com os alunos da EJA. Nas palavras de SOEK E STOLTZ (2009):

A escola precisa ser competente naquilo que lhe cabe: ensinar e ensinar bem, possibilitando o desenvolvimento da consciência crítica a partir da ciência e da arte, bem como de valores e de ações transformadoras. (ANTUNES, 2001, p.230).

O ponto de partida para equacionar essas variantes em prol de um planejamento curricular adequado reside na organização curricular fundamentada em realidades contextualizadas bem como a identificação e incorporação de conhecimentos socialmente relevantes. Sob esse aspecto, a postura da Escola tem contribuído

involuntariamente para engrossar as estatísticas que são completamente desfavoráveis ao sucesso do aluno.

Muitos desses alunos que procuram a EJA como alternativa de retorno ao processo de ensino são remanescentes da modalidade Regular que não puderam dar prosseguimento aos estudos em virtude da Colheita do Café, que ceifou a vida escolar de muitos alunos, tirando deles a oportunidade de adquirir um bem que é para a vida toda: o saber. E infelizmente a

Escola não se adaptou a essa realidade, até porque o problema dos “alunos do café” como aqui são chamados, não se reduz meramente ao âmbito escolar. Suas raízes são bem mais profundas e difíceis de serem podadas, já que são de origem sócio-econômica e fruto de uma sociedade fundamentada na desigualdade social e que prefere ignorar essa realidade a ter que ocupar-se com ela.

Um ponto convergente de todos os alunos da EJA observados na Escola Municipal João Fernandes dos Santos, é a sua baixa auto-estima, acentuada pelas repetidas situações de fracasso escolar quase sempre marcadas pelo malogro e pela exclusão. Em função disso, quando retornam aos estudos manifestam insegurança, timidez, por vezes nervosismo exacerbado e receio em face das dificuldades apresentadas pelo processo ensino-aprendizagem. Outro aspecto igualmente convergente é que a grande maioria dos alunos são trabalhadores que chegam para as aulas após um dia exaustivo de trabalho e que por essa razão apresentam déficit acentuado de concentração, compreensão, entendimento e assimilação.

Com isso fica evidenciada a premência de se organizar um Currículo especialmente pensado para a EJA, considerando as habilidades e competências que a escola pode ajudar a construir e desenvolver e que contribuam efetivamente para a construção do saber.

Partindo do pressuposto que o planejamento é a coluna da escola, e que envolve os fundamentos das áreas que serão estudadas, as metodologias a serem trabalhadas e a forma com que se dará a avaliação e considerando em contrapartida que os alunos da

EJA devem ser focados sob uma ótica especial dadas as suas peculiaridades e necessidades já mencionadas, é evidente que para esses alunos deve existir um planejamento curricular que seja totalmente adaptado a essa realidade.

E para que a seleção dos conteúdos seja criteriosa, os mesmos devem ter relevância, relação e significados para a realidade dos alunos. Além disso, deve ser flexível para que se adapte e respeite o tempo de aprendizagem do aluno, levando este a associar, estabelecer relações, fazer inferências e críticas.

Em face desses problemas, pode-se concluir que os educandos da EJA merecem um olhar mais cuidadoso tanto sobre seu currículo quanto sobre as práticas metodológicas utilizadas pelos docentes, e para que a transmissão do saber não se dê de cima para baixo, mas de dentro para fora com a participação conjunta e efetiva de todos os envolvidos neste processo.

3 - ORGANIZAÇÃO DA PROPOSTA CURRICULAR E DESAFIOS DA FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EJA

Partindo do pressuposto de que a EJA é composta por uma gama de especificidades e peculiaridades, é lógica e necessária a estruturação de uma organização curricular que privilegie a construção de Habilidades e saberes fundamentais para a Educação de Jovens e Adultos.

E para que o trabalho desenvolvido com a modalidade EJA seja relevante para a sociedade, é necessário que toda a Escola, esteja realmente apta a atender necessidades e peculiaridades desta modalidade, desenvolvendo uma abordagem curricular fundamentada em ações e relações vivenciais que respeitem o tempo de aprendizagem do educando, de forma que o ensino oferecido fundamente-se em ideais reflexivos e transformadores para que a teoria sobre a EJA deixe de ser utópica e se aproxime mais da realidade.

Dessa forma, pode-se concluir que a maior complicação em ser professor de Jovens e Adultos, reside em dominar bem mais que o conhecimento de abordagens metodológicas das práticas educativas específicas para essa modalidade. É necessário ser um profissional com sensibilidade suficiente para perceber que o educando não pode ser dissociado do mundo em que se encontra inserido e que assuma o seu papel de mediador entre o aprendiz e a aprendizagem, promovendo o letramento como o alicerce de uma sociedade justa e igualitária.

4 - BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Celso. Glossário para Professores. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 230.

BRASIL. MEC. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em: 11 de junho 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Proposta curricular para educação de Jovens e Adultos, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação/Ação Educativa. Educação para Jovens e Adultos - Ensino Fundamental – Proposta Curricular – primeiro segmento. Vera Maria Masagão Ribeiro (Coordenação e texto final). Brasília/São Paulo, 2001. p. 35.

GATTI, Bernardete A. Formação de professores e carreira: problemas e movimentos de renovação. Campinas: Autores Associados, 1997. p. 4.

SOEK, Ana Maria; STOLTZ, Tânia. Mediação Pedagógica na Alfabetização de Jovens e Adultos. Curitiba: Ed. Positivo, 2009. p.34.

VÓVIO, Cláudia Lemos. Viver, aprender: Educação de Jovens e Adultos (Livro 1) São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 1998.

YUS, Rafael. **Temas Transversais: em busca de uma nova Escola.** Porto Alegre: Artmed, 1998.

ESCOLA MUNICIPAL JOÃO FERNANDES DOS SANTOS

Ensino Fundamental de 5ª à 8ª série- Ensino Médio – e EJA - Lei nº 1860 de 17-11-98-Portaria nº 397/2000. Rua Fausto Ferreira, S/Nº- CEP 39430-000 – São João da Ponte – MG – Tel. (038) 32341349

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

**ESCOLA MUNICIPAL
JOÃO FERNANDES DOS SANTOS**

**ENSINO FUNDAMENTAL –
REGULAR E EJA**

SÃO JOÃO DA PONTE – MG

ESCOLA MUNICIPAL JOÃO FERNANDES DOS SANTOS

ESCOLA MUNICIPAL JOÃO FERNANDES DOS SANTOS

Ensino Fundamental de 5ª à 8ª série- Ensino Médio – e EJA - Lei nº 1860 de 17-11-98-Portaria nº 397/2000. Rua Fausto Ferreira, S/Nº- CEP 39430-000 – São João da Ponte – MG – Tel. (038) 32341349

PROPOSTA PEDAGÓGICA

INTRODUÇÃO

A Escola Municipal João Fernandes dos Santos, Criada pela lei municipal nº 1660 e 17/11/98 e aprovada pela câmara de vereadores, funciona na sede do município. Dentro de objetivos propostos pela Carta Magna de 1998, pela constituição do Estado de Minas, pela Lei Orgânica Municipal e conseqüentemente assumida pela Administração Municipal, ela constitui a base do esforço em favor da erradicação do analfabetismo no município. Atende alunos do Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano e tem como principal objetivo e meta, proporcionar um ensino de qualidade aos alunos de Ensino Fundamental e EJA. Diante de um mercado de trabalho cada vez mais competitivo, fruto de um mundo globalizado, e que exige que o cidadão se adapte ao mundo que o cerca. Através da Educação, este adquire conhecimentos que serão proveitosos em seu campo de trabalho e área de atuação.

HISTÓRICO DA ESCOLA

A Escola Municipal João Fernandes dos Santos, situada na Rua Fausto Ferreira s/n Centro, município de São João da Ponte, foi criada pela Lei Municipal Nº 1660 de 17/11/1998, para atender inicialmente alunos de 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental, funcionando nos turnos matutino, vespertino e noturno.

O nome da Escola Municipal João Fernandes dos Santos foi escolhido pela comunidade, contando com o apoio da Câmara Municipal e que tinha em mente homenagear o proprietário e construtor do prédio onde funciona hoje a escola, além de ser um dos mais antigos e ilustres habitantes da cidade que colaborou sobremaneira para o desenvolvimento da mesma.

Este estabelecimento de ensino iniciou suas atividades em 01/02/1999, com 160 alunos, 04 professores, distribuídos em 04 turmas, sob a direção da Sra. Zilá de Fátima Fernandes Ferreira e hoje disponibiliza Educação de qualidade para aproximadamente 500 alunos do Ensino Fundamental nas modalidades regular e EJA, 35 professores além de 15 funcionários do quadro administrativo, para atender todas as necessidades do educando no processo ensino-

aprendizagem, bem como promover parceria entre família, escola e os vários segmentos da sociedade.

JUSTIFICATIVA

Buscando atender o que se pede na nova LDB 9394/96, no art. 12 e de acordo c, tópicos norteadores com o regimento escolar, a Escola Municipal João Fernandes dos Santos, através do seu corpo administrativo e pedagógico, elaborará seu projeto que atenderá os alunos do 5º ao 9º ano do Ensino Fundamental nas modalidades Regular e EJA.

A Educação de Jovens e adultos visa atender uma demanda específica dos alunos, que não estudaram no tempo propício por diversos motivos.

A proposta da EJA é promover uma interação entre conhecimento previamente adquirido pelo aluno com a teoria fornecida pela escola. Diante disso as áreas de trabalho a serem desenvolvidas devem atender as dificuldades dos alunos no processo ensino-aprendizagem.

Os alunos da EJA, na sua maioria são provenientes de famílias carentes, desprovidas de informações relevantes para a vida prática. Há ainda um número expressivo de alunos em idade avançada e em trâmite de trabalho no período diurno, o que inviabiliza para eles o Ensino Regular. A Escola deve, pois, oferecer a essa clientela específica oportunidade de participarem, de forma crítica e real da vida em sociedade, tornando-se responsáveis pelos seus atos, construtores de opiniões e cômicos dos seus direitos e deveres individuais, sociais, políticos e civis.

Tendo como principal objetivo, buscar uma educação de qualidade, a partir de valores, concepções e crenças, respeitando os princípios da flexibilidade, da autonomia e da liberdade, que caracteriza as inovações e nascendo do movimento de ação, entendemos que o PPP nunca estará pronto e acabado, visto que o processo educacional é dinâmico e deve acompanhar sempre as mudanças de um mundo globalizado.

Tendo em vista os aspectos que norteiam uma gestão democrática, este projeto deve privilegiar sempre o direito à educação, controle de qualidade do processo ensino-aprendizagem, valorização do educador, equidade no atendimento às adversidades regionais e locais, voltado pra a inclusão social, e tendo como referencial os PCNs. Além disso, é importante que se considerem sempre os conteúdos curriculares como meio e não como fins.

Por se tratar de um projeto direcionado para as necessidades educacionais de parcelas da sociedade, suas metas serão baseadas em um ensino centrado no indivíduo sujeito de sua própria transformação, e de sua atuação no ambiente em que está inserido.

O Projeto Político Pedagógico permitirá avanços e recuos visando à qualidade de ensino ministrado na escola e o sucesso da mesma na tarefa de formar cidadãos críticos, conscientes e participativos que possam aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a viver e conviver e aprender a ser, em uma ação refletida, coletiva e contínua, segundo os princípios básicos que fundamentam as finalidades da escola.

ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA COMPREENDENDO: CURRÍCULO ESCOLAR

Currículo é um instrumento que reflete a concepção de educando e de sociedade que se pretende formar, incluindo uma compreensão global da escolha das disciplinas a serem estudadas, a metodologia de trabalho, a organização do trabalho na escola e a postura dos educadores.

Deverá expressar a construção social do conhecimento, e os meios para que essa construção se efetive.

Segundo Ilma. Passos Alencastro Veiga em seu texto “Projeto Político-Pedagógico da Escola: Uma construção coletiva (p.27)” (...) o currículo não pode ser separado do contexto social, uma vez que ele é historicamente situado e culturalmente determinado.

Partindo desse pressuposto, toda organização curricular deve viabilizar a aprendizagem como alicerce de uma sociedade justa e igualitária, considerando aspectos que dialoguem com a visão real do aluno, suas habilidades e seu desenvolvimento no processo ensino aprendizagem.

Dessa forma o currículo deve ser um instrumento de viabilização do direito à educação, aberto e flexível que respeita o ritmo e o tempo de aprendizagem de cada aluno.

A Escola Municipal João Fernandes dos Santos oferecerá do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental as seguintes disciplinas dentro das três áreas de conhecimento (Linguagem Códigos e suas tecnologias, Ciência da Natureza Matemática e suas tecnologias, Ciência Humana e suas tecnologias): Língua Portuguesa, Matemática,

Geografia, História, Ciências, Língua Estrangeira (Inglês), Educação Artística, Educação Religiosa e Educação Física.

A Educação do Ensino Fundamental deverá basear-se em uma concepção de aluno-cidadão como sujeito ativo da construção do saber, sujeito social e histórico, tendo como finalidade o desenvolvimento integral do educando em todo o seu processo de formação.

CALENDÁRIO ESCOLAR

Tem por finalidade estabelecer os períodos destinados à realização das atividades curriculares no estabelecimento educacional. Como norteador do tempo escolar, o calendário ordena o tempo: determina o início e fim do ano, prevendo os dias letivos e escolares, as férias, divisão do ano em períodos escolares, datas comemorativas cívicas e religiosas, período reservado às avaliações, recuperação periódica e final, reuniões pedagógicas, sábados letivos e conselhos de classe.

A Escola Municipal João Fernandes dos Santos respeitando as normas legais previstas pela LDB, elaborará com todos os profissionais da educação o calendário com o mínimo de 200 dias letivos e 800 horas/aula, a Educação Jovens e Adultos terá calendário diferenciado com 100 dias letivos e 400 horas/aula.

Para atender as diferenças regionais, climáticas econômicas e culturais, necessitamos ter alguns sábados letivos que foram discutidos analisados e escolhidos pelos profissionais da educação do município em comum acordo com as comunidades locais.

Todas as atividades de ensino aprendizagem desenvolvidas através de trabalhos teóricos e práticos desde que envolva professores e alunos serão consideradas dia letivo, independente do local onde sejam realizados.

Quaisquer atividades de presença obrigatória apenas do pessoal docente, técnico e administrativo, serão consideradas dia escolar.

ORGANIZAÇÃO DO TEMPO ESCOLAR

Respeitando os dispositivos legais a Rede Municipal de Educação conseqüentemente a Escola Municipal João Fernandes dos Santos, organizará seu tempo escolar de acordo com o explícito no plano curricular.

A escola é organizada no sistema seriado por acreditar ser ele, o que melhor se adapta ao desenvolvimento do nosso trabalho educativo, e não por buscar a cultura da reprovação, pois trabalhamos com a recuperação contínua e só serão retidos aqueles alunos que realmente não tenham conseguido os pré-requisitos mínimos necessários ao prosseguimento escolar e depois de esgotadas todas as possibilidades de recuperação da aprendizagem. A Educação de Jovens e Adultos será organizada no sistema supletivo presencial.

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

A avaliação do aluno deverá ser compreendida como parte integrante do processo ensino-aprendizagem e deverá ser feita através de testes, com a finalidade de identificar avanços e diagnosticar as necessidades de orientação das ações educativas que possibilitem levar o aluno a um desempenho adequado as suas necessidades reais de aprendizagem.

A partir do diagnóstico, serão levantadas as dificuldades que possibilitarão programar ações necessárias à continuidade do processo ensino-aprendizagem, identificando etapas vencidas, numa avaliação contínua do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

No ensino Fundamental Regular serão distribuídos ao longo do ano 100 pontos cumulativos da seguinte maneira:

- 1º bimestre – 20 pontos
- 2º bimestre – 20 pontos
- 3º bimestre – 30 pontos
- 4º bimestre – 30 pontos

O aluno que obtiver 60% no total dos pontos cumulativos dos quatro bimestres será considerado aprovado para o ano seguinte.

Na Educação de Jovens e Adultos serão distribuídos ao longo do semestre 100 pontos cumulativos, providos de Atividades avaliativas, trabalhos em grupo e individual, avaliação e auto-avaliação distribuídos da seguinte maneira:

- 1ª etapa – 30 pontos
- 2ª etapa – 30 pontos
- 3ª etapa – 40 pontos

O aluno que obtiver 50% do total dos pontos cumulativos das três etapas será considerado aprovado para o ano seguinte.

RECUPERAÇÃO

A recuperação planejada será efetuada através de projetos, buscando diferentes formas de ensinar, de maneira que o aluno se desenvolva sem prejuízo dos demais conteúdos.

A recuperação deverá acontecer em pequenos grupos, em contra turno, avaliando o desenvolvimento e aprendizagem de maneira global e qualitativa.

MEIOS PARA INFORMAR OS PAIS OU RESPONSÁVEIS SOBRE A FREQUÊNCIA E DESEMPENHO DOS ALUNOS.

A escola deverá manter sistema de comunicação com as famílias para que a frequência à escola seja objeto de acompanhamento.

A associação de pais e mestres terá papel importante neste processo, pois dará sua contribuição orientando alunos e pais para necessidade de se cumprir a carga horária estabelecida em lei.

A frequência deverá ser registrada no relatório de acompanhamento do aluno, diariamente, tendo-se o cuidado de verificar se a carga horária está sendo cumprida de acordo com a legislação vigente.

Constatada a infrequência, o professor deverá informar ao diretor e/ou supervisor pedagógico para que sejam tomadas as devidas providências, verificando junto à família o motivo das faltas no período letivo apurado.

Na hipótese da infrequência não ser sanada, cabe à escola comunicar ao conselho tutelar o problema ao conselho tutelar da jurisdição. Persistindo o problema sem que providências sejam tomadas, nova comunicação deverá ser dirigida à Promotoria da Infância e da Juventude.

O desempenho dos alunos será informado aos pais ou responsáveis, através de bilhetes, reuniões e bimestralmente, por meio de boletins onde será registrado o grau de desenvolvimento do aluno, com a finalidade de levantar as dificuldades e possibilidades, a fim de programar ações educacionais necessárias a um bom rendimento escolar.

PROCESSOS A SEREM UTILIZADOS PARA PROMOVER ARTICULAÇÕES COM A COMUNIDADE

A Escola Municipal João Fernandes dos Santos promoverá em seu estabelecimento reuniões e eventos com a comunidade escolar, cumprindo o seu papel socializador, procurando integrar a escola com a família, buscando um desenvolvimento pleno da cidadania.

Buscará envolver os pais em atividades tanto culturais como recreativas, com a participação ativa da Associação de Pais e Mestres.

A escola deverá mostrar para toda a comunidade que os alunos têm maior rendimento escolar, quando as famílias estabelecem parceria com a escola, na busca de uma educação de qualidade.

CONCLUSÃO

A construção e implantação do Projeto Político Pedagógico na escola não é tarefa fácil; exige mudanças de mentalidade de todos os membros da comunidade escolar; mas a educação pode e deve ser um instrumento de mudança social, apontando para a construção de uma sociedade mais justa, democrática, solidária e igualitária, compreendendo que para educar não basta indicar um horizonte e um caminho para se chegar lá.

Este projeto permitirá construir coletivamente, amplos consensos em relação à vida escolar de todos os que estão direta e indiretamente envolvidos por ela, principalmente os profissionais do ensino, os alunos e seus pais.

Buscamos uma escola inclusiva e de qualidade para todos cuja meta é aprender. Para tal deveremos fazer da avaliação um processo formativo e, portanto qualitativo, permanente.

e contínuo, partindo do pressuposto de que todos podem aprender de forma progressiva e em ritmos diferentes, e que mais importante que ensinar é fazer aprender.

E parafraseando Gandhi: “Precisamos ser a mudança que queremos ver no mundo.”.